



REFORMA ADMINISTRATIVA PEC 32 e PEC 186

ADUNIOESTE 10 de março de 2021

PIB RANKING 2020 E 2021 - US\$ BILHÕES CORRENTE									
Ranking	País	2020	Part.% 2020	Ranking	País	2021	Part.% 2021		
19	Estados Unidos	20.807,3	23,0%	19	Estados Unidos	21.921,6	22,8%		
2º	China	14.860,8	16,4%	2º	China	16.492,8	17,2%		
3º	Japão	4.910,6	5,4%	3º	Japão	5.103,2	5,3%		
49	Alemanha	3.780,6	4,2%	49	Alemanha	4.318,5	4,5%		
5º	Reino Unido	2.638,3	2,9%	5º	França	2.917,7	3,0%		
6º	Índia	2.592,6	2,9%	6º	Reino Unido	2.855,7	3,0%		
7º	França	2.551,5	2,8%	7º	Índia	2.833,9	2,9%		
8º	Itália	1.848,2	2,0%	89	Itália	2.111,6	2,2%		
9º	Canadá	1.600,3	1,8%	9º	Canadá	1.763,0	1,8%		
10º	Coréia	1.586,8	1,8%	109	Coréia	1.674,1	1,7%		
11º	Rússia	1.464,1	1,6%	119	Rússia	1.584,2	1,6%		
129	Brasil	1.420,6	1,6%	129	Austrália	1.480,4	1,5%		
13º	Austrália	1.334,7	1,5%	13º	Espanha	1.450,9	1,5%		
149	Espanha	1.247,5	1,4%	149	Brasil	1.431,6	1,5%		
15º	Indonésia	1.088,8	1,2%	15º	Indonésia	1.167,2	1,2%		

rasil sai de lista das 10 maiores economias do mundo e cai para a 12ª posição, aponta ranking — Foto: Divulgação/Austin Rating

BRASIL: 12^a economia

84º IDH

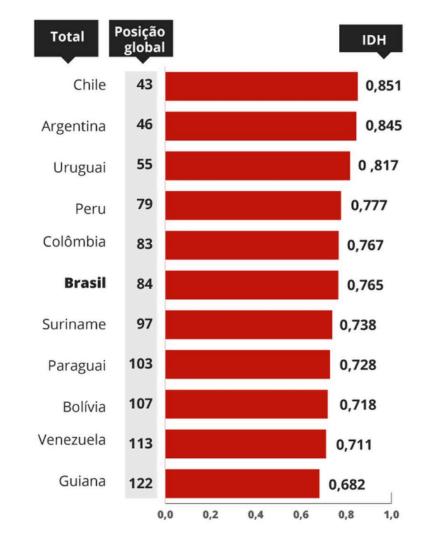
2^a maior concentração de renda do mundo

Isso não é acaso, mas decorre do modelo econômico aqui aplicado

https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/

IDH de países da América do Sul em 2019

Chile é o país com o maior índice, e a Guiana, o menor; Brasil está em sexto



Fonte: Pnud

BRASIL: 266.398 mortos até 08.03.2021

= EL PAÍS

BRASIL

PANDEMIA DE CORONAVÍRUS >

Miguel Nicolelis: "Brasil pode cruzar a marca de 3.000 óbitos diários por covid-19 nas próximas semanas"

Cientista defende um 'lockdown' nacional para evitar colapso sanitário. "Vamos entrar numa situação de guerra explícita. Podemos ter a maior catástrofe humanitária do século XXI em nossas mãos"



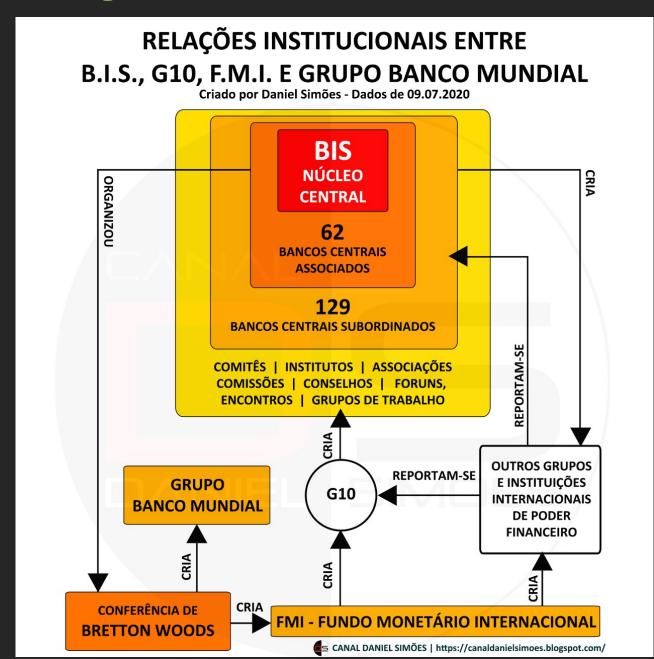
À beira de colapso sanitário nacional, o Congresso priorizou entrega do BC (PLP 19/2019) e agora é:

• **PEC 186** coloca política fiscal recessiva na Constituição para amarrar as possibilidades de investimento social e desenvolvimento socioeconômico, privilegiando explicitamente o gasto financeiro com a dívida pública, que tem crescido principalmente por causa da política monetária do Banco Central.



PEC 32 desmonta a estrutura do Estado e abre possibilidade de privatizar tudo. O rombo das contas públicas não está no serviço público, mas no Sistema da Dívida

QUEM MANDA NO BRASIL?



O BIS e o SISTEMA DA DÍVIDA

https://bit.ly/3hVPV3Z

BANCO PRIVADO BIS:

Centro do poder de regulamentação e supervisão financeira global

https://bit.ly/35mCy7h

A crise que enfrentamos desde 2014 foi FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central



https://bit.ly/2EQSXWf





Crise fabricada expande o poder do mercado financeiro e suprime

direitos sociais

https://bit.ly/3liKWeM

https://bit.ly/39WBg5C

CRISE FABRICADA DESDE 2014

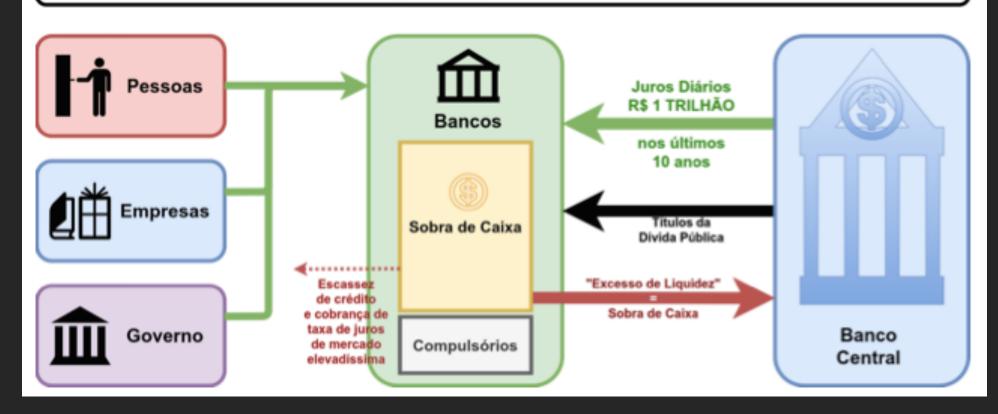
Em vez de interromper a principal operação que provocou a "crise" o PL 3.877/2020 quer legalizá-la e deixa-la sem limite



https://bit.ly/3coiw27

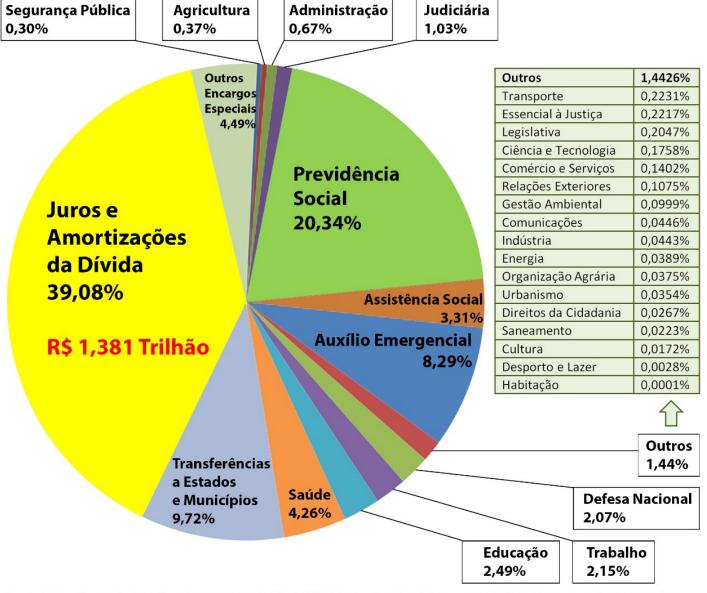
BOLSA-BANQUEIRO PAGA PELO BANCO CNETRAL AOS BANCOS DE FORMA ILEGAL

Remuneração da Sobra de Caixa dos Bancos e impacto na escassez de crédito e elevação dos juros de mercado



https://bit.ly/2YboFpY

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Fonte: https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Divida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões, com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, en oa âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 30 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxilio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

Em 2020 o gasto com a dívida foi o que mais cresceu! A Educação perdeu recursos em termos percentuais e nominais (Ver tabela 2 em

https://bit.ly/3pOSvvH

• PEC 186 "PEC Emergencial"

PEC 186 é chamada de "Emergencial" desde 2019 CHANTAGEM com Auxílio Emergencial em 2021

TEMOS MANTIDO MAIS DE R\$ 4 TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS e chegamos a quase R\$ 5 TRILHÕES em 2020!

Em Dezembro/2020, possuíamos, por exemplo https://bit.ly/37MniDf:

- R\$ 1,289 TRILHÃO no caixa do Tesouro Nacional;
- R\$ 1,393 TRILHÃO no caixa do Banco Central, e
- R\$ 1,836 TRILHÃO em Reservas Internacionais!

LIMITE DE APENAS R\$ 44 BILHÕES PARA O AUXÍLIO EMERGENCIAL COLOCADO NA PEC 186 É CRIMINOSO

Em poucos meses de 2020 Banco Central liberou trilhões aos bancos

Capítulo 2 - Temas selecionados

Tabela 2.1.3.2 - Medidas para salvaguardar a estabilidade financeira

Fonte: Banco Central do Brasil

	Potencial	Implementado
Medida		
Liberação de liquidez	R\$ 1.274 bi	R\$ 352,5 bi
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	R\$ 135 bi	R\$ 135 bi
Liberação de adicional de compulsório	R\$ 70 bi	R\$ 70 bi
Flexibilização de LCA	R\$ 2,2 bi	R\$ 2,2 bi
Empréstimo com lastro em LF garantidas	R\$ 670 bi	R\$ 54,9 bi
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	R\$ 50 bi	R\$ 23,2 bi
Novo DPGE	R\$ 200 bi	R\$ 19 bi
Empréstimo com lastro em debêntures + compulsório para funding de recompra de LF	R\$ 91 bi	R\$ 3 bi
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	R\$ 55,8 bi	R\$ 45,2 bi
Liberação de capital	R\$ 1.348,2 bi	R\$ 1.218,15 bi
Overhedge	R\$ 520 bi	R\$ 520 bi
Redução do ACCPBrasil	R\$ 637 bi	R\$ 637 bi
Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas	R\$ 35 bi	R\$ 35 bi
Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte	R\$ 16,5 bi	R\$ 16,5 bi
Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE	R\$ 12,7 bi	R\$ 1,95 bi
Otimização do capital (CGPE)	R\$ 127 bi	R\$ 7,7 bi
Dispensa de provisionamento por repactuação	R\$ 3.200 bi*	R\$ 889,8 bi
Compra de ativos no mercado secundário	N.D.	-
Outras medidas		
Linha de swap de dólar com Fed	US\$ 60 bi	0
Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE)	R\$ 40 bi	R\$ 6,3 bi
Imóvel como garantia de mais de um empréstimo	R\$ 60 bi	-
* Crédito potencialmente beneficiado pela medida.		

https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref

"PEC Emergencial" faz chantagem com o Auxílio Emergencial

- Governo poderia estar pagando o Auxílio emergencial desde janeiro, com os recursos existentes na Conta Única do Tesouro Nacional
- Em vez disso, o Substitutivo da PEC 186 permite que recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro (o chamado "superávit financeiro") sejam destinados para o pagamento da dívida pública, ainda que tenham vinculação com determinado investimento social.
- A Bolsa-Banqueiro ilegal tem sido paga religiosamente https://bitly.com
- Possuímos cerca de R\$ 5 trilhões em caixa!

O Brasil não está quebrado e há muito a ser feito https://bit.ly/37MniDf

PEC 186 coloca AJUSTE FISCAL e META DE SUPERÁVIT FISCAL na CONSTITUIÇÃO

De 1995 a 2015 produzimos R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário.

Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de

R\$86 bilhões para quase R\$4 trilhões no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

Os mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da "crise" https://bit.ly/3dMqBhw

TCU afirma que dívida não serviu para investimento no país https://bit.ly/2NTPlJo

PEC 186 faz chantagem com o Auxílio Emergencial e permite emissão de títulos da dívida sem limite para pagar juros, o que é completamente insustentável



<u> PEC 186</u>



Impulsiona o crescimento insustentável da dívida ao permitir a emissão de novos títulos para pagar juros e, em seguida, determina cortes de direitos sociais, desmonte do Estado e privatizações para garantir a sustentabilidade da dívida!



"PEC Emergencial" aumenta o privilégio da Dívida

SUBMETE TODOS OS ENTES FEDERADOS PARA PRIORIZAR A DÍVIDA: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis que assegurem sua sustentabilidade"

"A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida"

A PEC 186 autoriza emissão de novos títulos da dívida para pagar juros, sem limite, o que é completamente insustentável. Dessa forma, a própria PEC 186 faz a dívida explodir e empurra o ajuste fiscal para todos os entes federados, em círculo vicioso sem saída.

Para que tem servido a dívida pública no Brasil https://bit.ly/3dMqBhw

"PEC Emergencial" - Desmonte dos Direitos Sociais conquistados na Constituição de 1988

- ➤ Todos os direitos sociais e investimentos na estrutura do Estado brasileiro ficarão rebaixados a um plano inferior, condicionados à produção de AJUSTE FISCAL E SUPERÁVIT FISCAL DE PELO MENOS 5% em relação às receitas correntes
- Aprofunda o arrocho que vivemos com os efeitos da EC-95 (teto de gastos primários, que deixa a dívida fora do teto)
- ➤ Imenso sacrificio imposto à Nação brasileira, para servir aos privilégios para pagamento da questionável dívida pública que nunca foi devidamente auditada, como manda a CF.

A verdadeira causa de desequilíbrio fiscal no país tem sido o exorbitante gasto com a chamada dívida pública https://bit.ly/3j33TlW

Direitos Sociais ficarão constitucionalmente subordinados ao pagamento da questionável dívida pública.

PEC 186 é recessiva e impedirá o desenvolvimento socioeconômico do país

O Substitutivo aprovado no Senado é recessivo e impedirá o desenvolvimento socioeconômico do país, na medida em que dá **status constitucional para o "AJUSTE FISCAL" e para o SUPERÁVIT FISCAL** de pelo menos 5% das receitas correntes, forçando a retração econômica quando o país precisa justamente do contrário.

Ver estudo publicado pela AFIPEA (https://bit.ly/2PFl8PF) - APONTAMENTOS CRÍTICO-PROPOSITIVOS AO SUBSTITUTIVO DO SENADO PARA A PEC 186 DITA EMERGENCIAL.

Além do ajuste fiscal e superávit fiscal, a proposta da PEC 186 para o Art. 109 do ADCT submete a esfera federal a mais GATILHOS AUTOMÁTICOS de corte de gastos e outras vedações.

Se aprovada dessa forma, o Brasil estará condenado a regredir!

Parlamentares que estão votando essa PEC avaliaram o alcance dessas medidas?

A PEC 186/2019 contém termos evasivos que podem levar a infinitas interpretações danosas à Nação

A PEC 186 insere no texto constitucional a autorização para "medidas de ajuste, suspensões e vedações", bem como a "alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida" de forma a garantir a "sustentabilidade da dívida".

Autorização é dada de forma ampla, que permite infinitas interpretações.

- A quais vedações a PEC 186/2019 estaria se referindo? Qual o seu alcance?
- A quais suspensões a PEC 186 se refere?
- Alienação de ativos para pagar dívida passa a ser regra constitucional?
- Qual o alcance dessa vedação à criação de fundo público nessas condições colocadas no novo Art. 167, XIV?

O texto constitucional não pode conter expressões evasivas que podem levar a interpretações danosas à sociedade e à economia do país.

PEC 186 provoca dano às finanças de Estados e Municípios

CALOTE AOS RESSARCIMENTOS DEVIDOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS:

A PEC 186 representa um dano também aos estados e municípios, pois acaba com o ressarcimento pela União das perdas de estados e municípios com a chamada "Lei Kandir": lei federal (Lei complementar 87/96) que concedeu isenção de imposto estadual (ICMS) sobre exportações de produtos primários e semi-elaborados, obrigando o governo federal ressarcir estados e municípios dessa perda. Ao longo dos anos, o ressarcimento tem sido historicamente insuficiente e a PEC 186 extingue a possibilidade de reposição dessas perdas, empobrecendo todos os entes federados do país.

BENESSE PARA DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA:

Por outro lado, a PEC 186 é permissiva com devedores da Previdência, na medida em que permite que a pessoa jurídica em débito com a Seguridade Social possa contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Mais privilégio da Dívida em diversos dispositivos

- Art. 165 submete toda a programação dos gastos públicos à sustentabilidade da dívida;
- Art. 167 contém mais um privilégio grotesco para a chamada dívida pública, que terá suas receitas intocadas, enquanto os demais gastos e investimentos públicos estarão submetidos ao AJUSTE FISCAL para servir à dívida;
- O Substitutivo da PEC 186 privilegia mais uma vez e de forma descarada o pagamento da dívida ao permitir que recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro (o chamado "superávit financeiro") sejam destinados para o pagamento da dívida pública, ainda que tenham vinculação com determinado investimento social. Tais recursos existentes na conta única do Tesouro Nacional superam R\$ 1,3 trilhão e deveriam estar sendo destinados ao pagamento do auxílio emergencial, que nunca deveria ter sido interrompido. É evidente a chantagem colocada nesta PEC 186/2019!

"PEC Emergencial" acarretará congelamento de carreiras, reajustes a servidores, salário mínimo e benefícios previdenciários

O Substitutivo também prevê que, caso a relação entre despesas correntes e receitas correntes supere 95%, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, **vedar**, por exemplo:

- a concessão de qualquer aumento, vantagem, criação de cargos, planos de carreira, etc. aos servidores públicos;
- > qualquer aumento de despesa obrigatória;
- > o aumento real do salário mínimo ou benefícios previdenciários;
- outros

• PEC 32

"Reforma Administrativa"

https://auditoriacidada.org.br/video/video-16-ehoradevirarojogo/

Documento da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa (PEC 32) também usa a "crise" como justificativa para essa contrarreforma



Carta de apresentação

A crise iniciada em 2014 e a dificuldade em retomar a economia, que persistem nos dias atuais, tornam clara a baixa capacidade de resposta do Estado brasileiro aos desafios contemporâneos. Concluímos uma década com um dos piores índices de crescimento de nossa história. Problemas sociais que pareciam

GÊNESE DA PEC 32/2020

"... estudo do Banco Mundial (Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil), publicado em 2017, já evidenciava que o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal.

BANCO MUNDIAL, braço do BIS, omite o gasto com o Sistema da Dívida, que é o maior gasto público e impede investimentos





CARTA ABERTA DIRIGIDA ÀS AUTORIDADES DO PODER EXECUTIVO E AOS PARLAMENTARES

QUESTIONA OS ARGUMENTOS E DADOS USADOS POR AUTORIDADES PARA JUSTIFICAR A "REFORMA ADMINISTRATIVA" (PEC 32/2020)

Brasília, 11 de fevereiro de 2021

Excelentíssimos(as) Deputados(as) Federais Membros da Comissão de Constituição e Justiça Câmara dos Deputados Brasília – DF



ANAUNI SINISPREV MG

Cerca de 120 entidades já apoiam a Carta Aberta

- *Lives* semanais
- Posts sobre os 25 questionamentos
- Releases
- Contatos com imprensa
- Envio para autoridades do Executivo e Legislativo
- Interpelação extrajudicial

https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartaaberta-questiona-reforma-administrativa-pec-32-2020-deputados-membros-da-ccj/

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- CONHECIMENTO DA REALIDADE
 - Modelo Econômico Errado
 - Política Monetária suicida do BC
 - Sistema da Dívida



MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

- AÇOES CONCRETAS
 - Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO https://bit.ly/33bVDd0
 - AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
 - Divulgar a Carta Aberta contra PEC 32 https://bit.ly/2NFqq5w
 - Participar das mobilizações <u>www.auditoriacidada.org.br</u>



Grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina

ACESSE

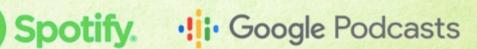
AUDITORIACIDADA.ORG.BR

/AUDITORIACIDADA.PAGINA

- /AUDITORIADIDADA
- /AUDITORIACIDADABR

/AUDITORIACIDADA





#ÉHORADEVIRAROJOGO